

A UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE: CONHECIMENTO DE DISCENTES E DOCENTES SOBRE A TRANSEXUALIDADE

Rodrigo Dornelas¹

Raphaella Barroso Guedes Granzotti²

José Humberto Guimarães Santos³

Priscilla Daiana Figueiredo Souza⁴

Kelly da Silva⁵

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar o conhecimento sobre a transexualidade entre discentes e docentes de cursos da área de saúde de uma universidade federal. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, exploratória e transversal da qual participaram 144 discentes e 23 docentes, que responderam a um questionário com dados sociodemográficos e sua compreensão e conhecimento sobre transexualidade e saúde. Observou-se uma lacuna referente ao conhecimento sobre transexualidade entre docentes e discentes. Discentes se apropriam de mais conceitos, porém se sentem inseguros para atender pessoas trans, visto que o tema não é abordado na grade curricular. Os docentes, apesar de acharem a temática importante, não abordam com os alunos e têm pouco conhecimento sobre alguns conceitos.

Palavras-chave: Transexualidade; Universidades; Profissionais da saúde.

Abstract: This study sought to analyze the knowledge about transsexuality among health students and professors of a federal university. This is a quantitative-qualitative, exploratory, cross-sectional research conducted with 144 students and 23 professors who answered a questionnaire about their sociodemographic



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Fonoaudiologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: rodrigodornelas@medicina.ufrj.br. Orcid: 0000-0002-9710-5751

2 Doutora em Neurociências, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: raphaelabgg@gmail.com. Orcid: 0000-0002-9064-439X

3 Bacharel em Medicina, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: josehumbertoguimaraes@gmail.com. Orcid: 0000-0003-2825-9295

4 Bacharel em Enfermagem, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: priscillafigueiredo@live.com. Orcid: 0000-0002-7017-8723

5 Doutora em Psicobiologia, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. E-mail: kelly.fonoufs@gmail.com. Orcid: 0000-0002-9193-7282

data and understanding and knowledge about transsexuality and health. The results indicate a knowledge gap regarding transsexuality. Although students understand more concepts related to the theme, these are not addressed in the curriculum, thus making them feel insecure about attending to a trans person. Professors deem the theme as essential, but they do not approach it in their courses and have little knowledge about some concepts.

Keywords: Transsexualism; Universities; Health personnel.

Nos últimos anos têm surgido a discussão a respeito da formação de profissionais da saúde que atuem em consonância com os princípios e necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) (CASTRO; CARDOSO; PENNA, 2019). Para que isso ocorra é necessário que os projetos político-pedagógicos dos cursos se atentem a todas as políticas públicas de saúde, especialmente as voltadas às populações mais vulneráveis e com forte estigma social, como as pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgênero, *queers*, intersexuais e assexuais).

Na esfera do SUS, a Política Nacional de Saúde LGBT reconheceu as demandas específicas dessa população e trouxe como compromisso ético-político a não discriminação nos espaços e atendimentos (BRASIL, 2013). Entretanto, para que essa política reflita no real acesso e acolhimento dessas pessoas, é necessário inserir a discussão na formação universitária de profissionais de saúde e incluir essa demanda nas diretrizes curriculares nacionais (DCN) dos cursos de graduação nas áreas de saúde.

Esse assunto ainda é pouco abordado nos cursos de saúde e os entraves para isso precisam ser estudados e discutidos. Em estudo sobre a perspectiva de discentes dos cursos de medicina e de enfermagem a respeito da transexualidade, pôde-se observar, de forma geral, desconhecimento da temática abordada, com visões estereotipadas, estigmatizadoras e preconceituosas, como se observa em outros segmentos sociais discriminados (MATÃO et al., 2010). Isso permite concluir que a formação técnico-científica, sem as discussões pertinentes referentes à orientação sexual e identidade de gênero, não é suficiente para a formação de profissionais capazes de diminuir as vulnerabilidades desta população.

Leite Junior e Lopes (2017) afirmam que inserir a temática de travestilidade e transexualidade na formação de graduação é prezar por uma assistência, em diferentes equipamentos sociais, qualificada. Defendem ainda que a formação seja capaz de romper com a história de exclusão dessa população, com o estigma e com a transfobia.

Considerando a importância de que profissionais de saúde criem um ambiente com interações transpositivas (BEAGAN et al., 2013) e livre das opressões sociais, religiosas e culturais, este estudo buscou escutar o que a comunidade acadêmica entende sobre transexualidade e identidade de gênero. Desse modo, pretende-se analisar o conhecimento sobre a transexualidade entre discentes e docentes de cursos da área de saúde em uma universidade pública federal.

Método

Trata-se de um estudo de caráter quanti-qualitativo, exploratório e transversal. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa de uma universidade federal sob o parecer de número 1.666.370 e seguiu as recomendações éticas das resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, do Conselho Nacional de Pesquisa (Conepe).

A pesquisa foi realizada em um campus da saúde de uma universidade pública localizada no Nordeste e a coleta de dados ocorreu de janeiro a março de 2017. Foram apresentados dois questionários estruturado pelos pesquisadores, um para os docentes e outro para os discentes, ambos com 21 perguntas objetivas e discursivas, organizadas em três eixos: (1) dados sociodemográficos; (2) compreensão sobre transexualidade; e (3) conhecimento sobre saúde e transexualidade. Como critério de inclusão para discentes, o participante deveria ter finalizado o segundo ano letivo do curso; no caso dos docentes, deveria ser graduado na área de sua lotação.

Participaram da pesquisa 167 pessoas, sendo 144 discentes e 23 docentes, e todos os cursos foram contemplados nos dois grupos. Os discentes foram nomeados de E01 a E144 e os docentes de D01 a D23, de acordo com o número de participantes.

A análise quantitativa dos resultados levou em conta as frequências absolutas e relativas e, para comparação entre as respostas de docentes e discentes, foi utilizado o teste de Qui-quadrado, considerando um nível de significância de 5%. Para a análise qualitativa dos dados, foram seguidas as etapas da análise de conteúdo: organização dos dados, codificação, categorização, inferências e interpretação (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). A categorização inicial correspondeu aos itens estabelecidos nos três eixos do questionário. As respostas ao questionário foram organizadas em temas, em seguida categorizadas por assunto de acordo com a frequência

em que surgiam no decorrer das transcrições. Organizou-se uma planilha para registro das perguntas objetivas e, posteriormente, foi realizada análise descritiva de acordo com frequências absolutas e relativas.

Resultados

O perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa está apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Perfil sociodemográficos dos participantes da pesquisa

Variável	Docentes		Discentes	
	n	(%)	n	(%)
Gênero	Feminino	17 (74)	106 (73,6)	
	Masculino	04 (17,4)	38 (26,4)	
	Outras	02*	(8,6)	0 (0)
Faixa etária	19 a 30 anos	06 (26,1)	135 (93,8)	
	31 a 40 anos	13 (56,5)	09 (6,2)	
	41 a 53 anos	04 (17,4)	0 (0)	
Estado Civil	Casado	13 (56,5)	08 (5,5)	
	Divorciado	02 (8,7)	02 (1,4)	
	Solteiro	8 (34,8)	132 (91,7)	
	Outras	0 (0)	02 (1,4)	
Naturalidade	Nordeste	10 (43,5)	136 (94,4)	
	Sudeste	09 (39,1)	06 (4,2)	
	Sul	03 (13)	01 (0,7)	
	Centro-Oeste	00 (0)	01 (0,7)	
	Norte	01 (4,4)	00 (0)	
Área de formação	Enfermagem	04 (17,4)	30 (20,8)	
	Farmácia	01 (4,4)	21 (14,6)	
	Fisioterapia	01 (4,4)	08 (5,5)	
	Fonoaudiologia	03 (13)	12 (8,3)	
	Medicina	02 (8,6)	32 (22,2)	
	Nutrição	01 (4,4)	04 (2,8)	
	Odontologia	03 (13)	16 (11,1)	
	Terapia Ocupacional	08 (34,8)	21 (14,6)	
Titulação	Graduação	01 (4,4)	0 (0)	
	Especialista	02 (8,6)	0 (0)	
	Mestre	10 (43,5)	0 (0)	
	Doutor	10 (43,5)	0 (0)	

Legenda: * duas pessoas responderam neste campo que eram heterossexuais.

Quando questionados se conheciam a diferença entre os termos “transexualidade” e “transexualismo”, 77 (46,1%) participantes referiram não saber

a diferença e 89 (53,3%) afirmaram distinguir os termos. Um participante (0,6%) não respondeu a essa questão. A comparação entre a frequência das respostas entre discentes e docentes pode ser vista na Tabela 2.

Tabela 2: Comparação do conhecimento autorreferido dos termos transexualismo e transexualidade entre docentes e discentes

		Docente N (%)	Discente N (%)	p-valor
Conhece a diferença entre transexualidade/transexualismo?	Sim	6 (29,2%)	71 (49,7%)	0,03*
	Não	17 (70,8%)	72 (50,3%)	
Você já participou de algum evento sobre a situação social e de saúde da população trans?	Sim	4 (17,4%)	25 (17,4%)	1,0
	Não	19 (82,6%)	119 (82,6%)	

Legenda: *indicam valores estatisticamente significativo segundo o teste qui-quadrado.
Um discente não respondeu a essa pergunta.

As Tabela 3 e 4 apresentam as respostas dos docentes e discentes, respectivamente, em relação à temática LGBTQIA+.

Tabela 3: Frequência de respostas dos docentes referente às temáticas LGBTQIA+

Você sabia que o SUS regulamentou o uso do nome social?	Sim	15 (65,2%)
	Não	8 (34,8%)
Conhece a sigla LGBTQIA+?	Sim	0 (0%)
	Não	23 (100%)
Acha pertinente abordar esta temática com os discentes?	Sim	22 (95,6%)
	Não	01 (4,4%)
O PPC do curso aborda a temática LGBTQIA+?	Sim	01 (4,4%)
	Não	18 (78,3%)
	Não sabe informar	4 (17,4%)

Legenda: LGBTQIA+: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgênero, *queers*, intersexuais e assexuais.

Tabela 4: Frequência de respostas dos discentes referente às temáticas LGBTQIA+

A temática LGBTQIA+ já foi abordada em algum momento de sua formação?	Sim	44 (30,5%)
	Não	100 (69,5%)
Após formado, acredita que estará apto para atender pessoas trans?	Sim	71 (49,3%)
	Não/Não sabe	73 (50,7%)

Legenda: LGBTQIA+: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgênero, *queers*, intersexuais e assexuais.

Para entender a percepção dos participantes sobre a transexualidade, a questão disparadora foi: “O que você entende por transexualidade?”. As respostas foram organizadas em quatro categorias: (1) associação à orientação sexual; (2) procedimentos e intervenções relacionadas ao sexo biológico; (3) transexualidade como opção; e (4) gênero, identidade de gênero e performatividade, descritas a seguir.

1) Associada à orientação sexual:

[...] *peessoas que tem opções sexuais iguais.* (E08).

[...] *é uma opção sexual, na qual o indivíduo passa por uma transformação nas características sexuais.* (E122).

[...] *Quando por exemplo o homem quer o corpo da mulher.* (E137).

2) Procedimentos e intervenções relacionadas ao sexo biológico:

[...] *Condição de um indivíduo no qual o gênero de seu nascimento difere de sua identidade ou desejo, assim, procura fazer internação médica para mudança.* (E15).

[...] *mudança de sexo.* (E17).

[...] *mudança de sexo masculino para o sexo feminino.* (E23).

[...] *Pessoa que realiza a mudança de sexo por cirurgia.* (E107).

[...] *Pessoa que realiza a mudança de sexo por cirurgia.* (D14).

[...] *entendo como sendo um indivíduo que se identifica, em todos os sentidos, com o gênero oposto ao seu nascimento e busca, via intervenção médica, mudança de gênero.* (D57).

3) Transexualidade como opção:

[...] *uma pessoa que opta em mudar de gênero.* (D04).

[...] *mudança de sexo optada pelo próprio indivíduo.* (D06).

[...] *é uma opção sexual, na qual o indivíduo passa por uma transformação nas características sexuais.* (E09).

[...] *A opção de identidade de gênero mais adequada com o pensamento do indivíduo.* (E118).

4) Gênero, identidade de gênero e performatividade:

[...] *transexualidade refere-se à pessoa que assume a identidade de um gênero diferente do que era ao nascer.* (E118).

[...] *troca de identidade sexual.* (D11).

[...] *é quando uma pessoa se entende de outro jeito, diferente do gênero imposto a ele na anatomia.* (D22).

[...] *Condição em que o indivíduo não se identifica com o corpo que nasce.* (E19).

[...] *Caracteriza-se por uma pessoa que não se encontra no sexo do corpo que nasceu e opta por se vestir e se comportar como o sexo oposto.* (E43).

[...] *Condição de um indivíduo cuja identidade de gênero não condiz com a identidade de gênero desejada ao nascer.* (E51).

[...] *efeito pelo qual leva um indivíduo a se adequar ao gênero que este se identifica, independente[mente] de sua condição biológica.* (E76).

[...] *necessidade/vontade de pertencer a outro sexo.* (E99).

Discussão

A transexualidade aponta para discussões necessárias em nossa sociedade, que reconhece apenas o binarismo macho e fêmea em uma perspectiva normativa. Reconhecer o caráter incerto e mutável das identidades significa questionar o sistema normativo binário baseado no dismorfismo sexual (TEIXEIRA, 2012).

Os equipamentos em saúde que prestam assistência a pessoas trans e travestis que procuram atendimento no processo transexualizador no Brasil foram organizados a partir da regulamentação dessa prática, após a publicação da Resolução nº 1.482/1997, do Conselho Federal de Medicina (CFM). Considerados atendimentos de alta complexidade, a maioria desses serviços encontra-se em hospitais públicos universitários (ARÁN; MURTA, 2009). Assim, a universidade, além do papel crucial na formação de futuros profissionais, é um dos espaços em que a assistência às pessoas trans é realizada. Vinculados à rede federal de ensino, os hospitais universitários são implementados para atender às necessidades práticas de formação de médicos e demais profissionais da saúde das universidades públicas (ARAÚJO; LETA, 2014).

Nesta pesquisa constatou-se que docentes diferenciam menos o uso dos sufixos -ismo e -idade, em comparação com os discentes. O sufixo -idade em uma palavra classificada como adjetivo forma um substantivo que pode expressar estado, situação, quantidade ou modo de ser. O sufixo -ismo pode formar substantivos e adjetivos, geralmente com o sentido de doutrinas ou sistemas, modo de proceder ou pensar, forma peculiar da língua ou terminologia científica (MOURA, 2018). O sufixo -ismo associado a palavra transexual é utilizado para designar doença e/ou uma conduta perversa (MOURA, 2018), trazendo estigmas e sofrimento às pessoas trans. Em outros estudos, a palavra *transexualismo* é utilizada para limitar a transexualidade a uma patologia, um transtorno de identidade, dada a não conformidade entre sexo biológico e gênero (ARAN; MURTA; LIONCO, 2009).

Dentro da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, promovida pelo Ministério da Saúde, o uso do nome social das travestis e pessoas trans

foi uma estratégia para que fossem alcançados os princípios de equidade e integralidade e, desse modo, as pessoas pudessem ter acesso aos equipamentos de saúde sem discriminações e com respeito ao gênero pelo qual se identificam. O uso do nome social nos serviços de saúde é garantido pela Portaria nº 1.820/2009, do Ministério da Saúde, que descreve que o usuário deve ser identificado como deseja (BRASIL, 2013; SILVA et al., 2017). Nesta pesquisa a maioria dos discentes e docentes sabiam do que se tratava o nome social.

Ainda a respeito de conceitos gerais, o conhecimento sobre o significado da sigla LGBTQIA+ foi maior entre os discentes do que os docentes. A sigla representa pessoas que não se enquadram em uma perspectiva normativa relacionada à orientação sexual e/ou identidade de gênero, identificadas como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgênero, *queer*, intersexo, agênero, assexuais e mais (BORTOLETTO, 2019). O profissional de saúde que não se apropriar do significado dessa sigla, além de gerar questionamento sobre o seu conhecimento da conjuntura atual, pode apresentar problemas de conduta relacionados a aspectos éticos. É importante que se entenda como os profissionais de saúde percebem as pessoas que demandam cuidados, pois essa percepção trará direções para a consolidação do SUS (SANTOS; SHIMIZU; MERCHAN-HAMANN, 2014).

A inserção dessa discussão na graduação pode auxiliar no processo de busca por maior integralidade ao acesso das pessoas trans. Entretanto, os projetos político-pedagógicos dos cursos desta pesquisa, em sua grande maioria, não contemplam aspectos relacionadas à saúde das pessoas trans, o que pode refletir na falta de segurança dos discentes, que poderão não se sentir aptos a atender uma pessoa trans quando se formarem.

Questiona-se, assim, quais aptidões e competências são trabalhadas durante a graduação do profissional de saúde, já que os discentes excluem as pessoas trans e travestis. Sugere-se que a heteronormatividade pode cumprir esse papel de exclusão, não considerando a heterogeneidade da sexualidade humana. Modificações na formação do profissional e educação permanente podem ser estratégias efetivas para diminuir o *gap* entre o processo de formação e a atuação, bem como estabelecer novas diretrizes de cuidados de acordo com diferentes realidades (SANTOS; SHIMIZU; MERCHAN-HAMANN, 2014).

Organizadas em categorias, diversas respostas sobre transexualidade foram apresentadas pelos participantes deste estudo, com destaque para as ligadas

à orientação sexual, as restritas à mudança de sexo e as que a consideram opção da pessoa. O desconhecimento sobre a orientação sexual e identidade de gênero revela a incompreensão das demandas das pessoas quando buscam atendimento em um serviço de saúde. A repercussão vem à tona quando se observa o número de pessoas trans e travestis que realizam tratamentos em espaços ou clínicas clandestinas, colocando sua vida em risco.

É importante para os docentes e profissionais de saúde que se promova um deslocamento desse lugar de desconhecimento para o lugar de apropriação, assim os serviços em saúde poderão acolher de modo integral pessoas trans e travestis, considerando a diversidade das pessoas de forma respeitosa (ARAN; MURTA; LIONCO, 2009). Os serviços de saúde devem ser espaços de acolhimento em que as pessoas trans e travestis não sejam vistas apenas como uma questão biomédica, mas também pela ampla gama de características que as compõe, como todo ser humano.

Os discentes, em sua maioria, buscaram, fora da grade curricular obrigatória, espaços com debates sobre assuntos não abordados na grade curricular de seus cursos a respeito da temática transexualidade. A formação do profissional em saúde é o espaço em que a transexualidade deve ser debatida e relacionada não apenas a aspectos biológicos, mas também às configurações possíveis da sexualidade humana, contemplando todas as letras da sigla LGBTQIA+ (NEGREIROS, 2019; RUFINO; MADEIRO; GIRÃO, 2013).

Estudo realizado em 2019 com 14 médicos de unidades básicas de saúde de uma cidade do Nordeste analisou a formação médica para assistência à saúde da população LGBT na perspectiva de médicos que atuam na atenção básica e não identificou elementos que contribuam para a promoção à saúde desse grupo (NEGREIROS, 2019). A universidade tem o papel fundamental de intervir de modo positivo nos serviços de saúde por meio de uma formação transformadora dos profissionais, que contemple as diversas esferas da pessoa que busca cuidado em saúde (SANTOS et al., 2017).

Por fim, a pequena amostra de docentes que participaram, apesar do longo período de coleta de dados, não só demonstra uma fragilidade deste estudo, mas pode sugerir uma fuga ao tema, haja vista que várias tentativas e convites foram realizados para que o diagnóstico fosse mais completo. Dessa forma, este estudo, que, para além da função diagnóstica, tem a vocação de discutir a respeito da formação dos profissionais da saúde, finaliza com a provocação “formam-se profissionais da saúde para quem?”.

É importante que a universidade pública cumpra seu papel de transformar a realidade da sociedade por meio de uma formação inovadora e contemple a pluralidade em que vivemos. Espera-se que este estudo seja um convite para ampliar as reflexões aqui apresentadas e que elas ecoem na prática e na vida das pessoas trans e travestis.

Considerações Finais

Há uma lacuna na percepção sobre transexualidade entre docentes e discentes. Discentes se apropriam de mais conceitos, porém se sentem inseguros para atender pessoas trans quando se formarem, visto que o tema transexualidade não é abordado na grade curricular obrigatória de seus cursos. Os docentes, apesar de acharem a temática importante, não a abordam com os alunos e têm pouco conhecimento sobre alguns conceitos a respeito de orientação sexual e identidade de gênero.

Referências

ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

ARAN, M.; MURTA, D.; LIONCO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009.

ARAÚJO, K. M. de; LETA, J. Os hospitais universitários federais e suas missões institucionais no passado e no presente. **História, Ciências, Saúde (Manguinhos)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1261-1281, 2014.

BEAGAN, B. L. *et al.* Working with transgender clients: learning from physicians and nurses to improve occupational therapy practice. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, Thousand Oaks, v. 80, n. 2, p. 82-91, 2013.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+** : identidade e alteridade na comunidade. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Produção Cultural) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

CASTRO, F. S.; CARDOSO, A. M.; PENNA, K. G. B. D. As diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação da área da saúde abordam as políticas públicas e o sistema único de saúde? **Revista Brasileira Militar de Ciências**, Goiânia, v. 5, n. 12, p. 29-34, 2019.

LEITE JUNIOR, J. D.; LOPES, R. E. Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 481-496, 2017.

MATÃO, M. E. L. *et al.* Representações sociais da transexualidade: perspectiva dos acadêmicos de enfermagem e medicina. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 34, n. 1, p. 101-118, 2010.

MOURA, J. F. de. Da morfologia ao discurso: o caso do sufixo –ismo para denominar práticas homossexuais. **Revista Ribanceira**, Belém, n. 15, p. 99-111, 2018.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 761-765, 2011.

NEGREIROS, F. R. N. de *et al.* Saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: da formação médica à atuação profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 23-31, 2019.

RUFINO, A. A.; MADEIRO, A. P.; GIRÃO, M. J. B. C. O ensino da sexualidade nos cursos médicos: a percepção de estudantes do Piauí. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 37, n. 2, p. 178-185, 2013.

SANTOS, A. B. dos; SHIMIZU, H. E.; MERCHAN-HAMANN, E. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4545-4554, 2014.

SANTOS, J. H. G. *et al.* GTTrans: estratégia de aproximação dos múltiplos saberes sobre a saúde integral das pessoas trans em uma universidade pública. **Tempus: Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 97-103, 2017.

SILVA, L. K. M. da *et al.* Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 835-846, 2017.

TEIXEIRA, F. DO B. Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 501-512, 2012.

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em julho de 2021.